

## Religião, dinheiro e Salvação na Idade Média

### *Religion, Money and Salvation in Middle Age*

LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida: a usura na Idade Média*. 2 ed. 3ª Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2014. Resenha de: SALLES, Bruno Tadeu. *Religião, dinheiro e Salvação na Idade Média*. *FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis-Goiás, v.3, n.1, jan.-jul. 2014, p.132-139.

#### **Bruno Tadeu Salles**

Doutor em História pela  
Universidade Federal de Minas  
Gerais (Minas Gerais/Brasil).  
Docente de História Medieval e  
Teoria da História na Universidade  
Estadual de Goiás (Goiás/Brasil).

salles\_bruno003@yahoo.fr

#### **I**

**O**riginalmente publicado sob o título de *La Bourse et la Vie: Economie et Religion au Moyen Âge*, no ano de 1986, o livro de Jacques le Goff foi traduzido para o português pela editora Brasiliense, em 1989, por Rogério Silveira Muoio e revisado por Hilário Franco Junior.

Propondo a ideia de uma longa Idade Média, logo no início da obra, Le Goff (2004, p. 9) pretende analisar um fenômeno que ele próprio apresenta como uma “mistura tão explosiva de economia e de religião, de dinheiro e salvação”: a usura. Como um fenômeno recorrente entre os séculos XII e XIX, provocando a reação e as duras críticas dos eclesiásticos, a usura se converteria em um problema fundamental para pensar o que poderíamos chamar de transição da Idade Média para a Modernidade. Nas palavras de Le Goff (2004, p. 9), aquele corte cronológico conteria o “Parto do Capitalismo”.

A figura principal do livro é o usurário, aquele que pratica a usura. Le Goff apresenta vários exempla que introduzem os arquétipos dos usurários e seu triste fim quando não se arrependem. O exemplum seria, nas palavras de Le Goff (2004, p. 13) “uma narrativa breve, dada como verdadeira e destinada a se inserir num discurso (em geral um sermão) para convencer um auditório com uma lição salutar”. Um dos expoentes destes exempla é o usurário riquíssimo, mencionado por Jacques de Vitry († c. 1240). Diante do leito de morte e se esforçando por vencer a insistência de sua alma em pedir que distribuísse esmolas aos pobres, o usurário oferecia a ela, ao contrário, riquezas e delícias. Tendo a alma recusado a oferta, o usurário indignado, ao morrer, a entrega para os demônios do inferno.

A partir deste sermão, bem característico das Ordens Mendicantes – Franciscanos e Dominicanos – Le Goff (2004, p. 15) introduz os dilemas do usurário na forma de problemas: “que maldição atinge o usurário? É possível o usurário manter a bolsa e alcançar a salvação?” A questão chave contida nestes problemas é: por que a usura é um pecado? “Monstro de várias cabeças”, a usura, ao se converter em um objeto de estudo para o historiador, apresenta algumas dificuldades, pois designa uma multiplicidade de práticas. Basicamente, “a usura seria a arrecadação de juros por um prestador nas operações que não devem dar lugar ao juro” (LE GOFF, 2004, p. 18). Segundo Santo Ambrósio: “Usura é receber mais do que se deu” ou, segundo São Jerônimo: “Chama-se usura o excedente a qualquer coisa, se alguém recebe mais do que deu” (LE GOFF, 2004, p. 25-26). Em outras palavras, a usura seria o excedente ilícito, uma espécie de roubo.

Apoiando-se em uma perspectiva antropológica, Le Goff começou a explicar os problemas ligados a usura. Colocando-se sob um ponto de vista crítico ao anacronismo, o autor pretendeu que a econômica ocidental do século XII era baseada na noção de reciprocidade e na especificidade do que poderíamos chamar, a grosso modo, de “economia medieval”. Esta noção de reciprocidade, que seria inerente aos homens medievais, encontraria suporte nos textos bíblicos que aprovariam o empréstimo, mas não o lucro auferido a partir da devolução do objeto emprestado.

Tal perspectiva é bem próxima da de Barbara Rosenwein (1989). Esta historiadora, tendo como base as ideias de Marcel Mauss, salientou as trocas e transações efetuadas no seio da aristocracia do século XI orientadas pelo “sistema do dom e contradom”. O recebimento de um presente deveria suscitar um contradom equivalente. O aristocrata, neste sistema, era valorizado pela sua “largueza” e prodigalidade, além da “justa restituição”. Rosenwein analisou o significado social das transações de terras envolvendo a Ordem monástica de Cluny e a aristocracia vizinha. A autora problematizou o porquê dos de fora dos mosteiros realizarem doações e o porquê dos de dentro aceitarem (ROSENWEIN, 1989: 202). Foi considerado, a partir das disputas entre a aristocracia laica e eclesiástica em torno dos bens fundiários, que o tomar – assim como o doar e o vender – proporcionava a renovação dos laços entre os descendentes dos doadores e o mosteiro ao suscitar o restituir. Já Le Goff (2004, p. 20). propondo, a partir das coordenadas mencionadas acima que “é à globalidade da usura, através do comportamento e da imagem de seus praticantes, os usuários que dedica nossa análise”, teve o mérito de levar em consideração, tal como Rosenwein, o sentido social da propriedade ou o significado que os bens e sua posse assumiam naquele período. Um significado bem diferente daquele que o mundo contemporâneo lhe atribui.

Contrariando a noção de reciprocidade e indo de encontro à valorização da pobreza, corrente no século XIII, as práticas dos usurários conheceriam os clamores e as condenações clericais contidas nos sermões e nos cânones conciliares. O recrudescimento da condenação da usura e dos usurários nos séculos XII e XIII seria, para Le Goff (2004, 25), o índice de uma sociedade “abalada pela proliferação das práticas usurarias”. Estas condenações se explicariam, entre outras coisas, pelo pecado contra a justiça contido na prática da usura: vender algo que não existe, o que instaura certa desigualdade entre o sujeito que empresta e aquele que paga o empréstimo. Entretanto, a condenação das práticas do usurário pelos clérigos não se relaciona apenas com o roubo de bens materiais ou com a desigualdade formada nas relações de troca. O usurário é um ladrão do tempo (LE GOFF, 2004, p. 39). O raciocínio baseia-se no fato de que o usurário não fornecia qualquer contrapartida pelo rendimento auferido com a usura. Logo, o usurário vendia o tempo. O problema é que o tempo pertence a Deus e não ao usurário. O pecado do usurário seria próximo dos mestres e professores que vendiam seu conhecimento, pois se o tempo e a ciência pertencem a Deus, negociá-los se converteria em um engodo.

Para alcançar a salvação, o usurário precisaria devolver aquilo que conseguiu a partir da prática da usura. Como Le Goff observa, alguns exempla apontariam a devolução como o meio para o usurário alcançar o perdão pelos seus roubos. A agonia e a loucura dos usurários inconfessos e

impenitentes em seu leito de morte comporiam um topos literário recorrente dos exempla difundidos pelos sermões. Problema bem complexo, à medida que os exempla trazem o tema do usurário que se recusa a entregar a bolsa, mas quer manter a salvação. Seria possível, manter a “bolsa e a vida”? Le Goff (2004, p. 65) apreciou a imagem do usurário impenitente como um extremo. Diante da difusão dos valores terrenos no século XII, o autor pondera sobre a possibilidade de se gozar as delícias terrenas e, ao mesmo tempo, assegurar a salvação. Em uma sociedade que Le Goff considerava superficialmente cristianizada, seria complicado para os clérigos se imporem de maneira radical.

Le Goff (2004, p. 69), ao conceber as especificidades dos comportamentos e das mentalidades da Idade média, propôs mostrar “como um obstáculo ideológico pode entrar, retardar o desenvolvimento de um novo sistema econômico”. Esta proposta de Le Goff liga-se a um esforço de explicação para a progressiva aceitação do usurário. Basicamente, essa salvação se alicerçaria na noção de moderação na prática do juro e na tolerância eclesiástica, principalmente no século XIII. Juro e usura seriam distintos, uma vez que certa taxa de juros, baseada no critério da moderação, seria progressivamente tolerada. Por outro lado, quando não abusivo, os juros poderiam ser, na opinião dos eclesiásticos, uma espécie de salário, uma remuneração por determinado esforço: “caminhadas por terra e mar, ir às feiras ou mesmo manter uma escrituração de contas, trocar moedas é também um trabalho, e como tal merece salário (LE GOFF, 2004, p. 73). Juntamente com o esforço, o risco inerente ao empréstimo é outro fator que contribuía para justificar, em certa medida, a atividade do prestamista ou da “usura lícita”.

Outro fator relevante para se pensar a progressiva, mas ainda restrita, aceitação da usura foi “o nascimento, no final do século XII, de um lugar novo do Além, o Purgatório” (LE GOFF, 2004, p. 76). O autor afirma que “a salvação do usurário deveu-se apenas ao Purgatório” (LE GOFF, 2004, p. 70). Este lugar seria reservado aos pecadores que, após um tempo de expiação, alcançariam a salvação. Os clérigos enfatizaram o caráter infernal de suas penas, sem, contudo, obliterar a possibilidade de salvação alcançada por aqueles que aí fossem destinados. Aos usurários mortos cujos parentes se dedicavam a penitência e a oração em seu lugar, era oferecida a possibilidade de expiar seus pecados fora do inferno, tal como evocava um exemplum datado por volta do ano de 1220. Neste exemplum, a esposa de um usurário se comprometia a realizar penitência em prol da salvação da alma de seu esposo. Tal esforço foi progressivamente recompensado, sendo seu marido poupado das penas infernais. Após permanecer um tempo no Purgatório, o usurário teria alcançado o Paraíso. Outra possibilidade de salvação, mencionada

anteriormente, dizia respeito ao usurário confessar e restituir o que tomou por usura. Caso não fosse possível restituir, era permitido ao usurário realizar doações e distribuir esmolas. Contrição, penitência e restituição eram os caminhos apresentados ao usurário desejoso de salvar a sua alma.

Em sua conclusão, Le Goff (2004, p. 90) lembrou que “o usurário não faz o capitalismo”. Porém, enfatizou que “um sistema econômico substitui outro apenas no final de uma longa corrida de obstáculos de todas as espécies”. Um desses obstáculos seria a posição dos cristãos diante das práticas da usura. Para o autor, as possibilidades oferecidas ao usurário para alcançar a salvação, dentre elas o lugar no Purgatório, “teria feito avançar a economia e a sociedade do século XIII rumo ao capitalismo”. De fato, tal como expôs Le Goff, seu texto se afastava de uma escrita da história baseada em uma História econômica tradicional e explicava a transição ao capitalismo a partir de certa mentalidade dita medieval e das perspectivas que os séculos XII-XIII apresentaram quanto ao fenômeno da usura.

## II

A obra de Le Goff sobre a usura é um expoente da produção historiográfica da terceira fase dos *Annales* (1968-1988). “A Bolsa e a Vida” pode ser identificada sob a influência das ideias apresentadas em duas outras obras realizadas sob a égide de Le Goff. Segundo José Carlos Reis (2004), essas obras conteriam o cerne das proposições de Le Goff na terceira fase dos *Annales*. Uma dessas obras tomou a forma dos três volumes do *Faire de l’Histoire* de 1974, traduzidos para o português em 1976 sob os títulos *Novos Problemas*, *Novas Abordagens* e *Novos Objetos*. A outra obra é o dicionário dirigido por Le Goff intitulado *La Nouvelle Histoire*, editado em 1978 e reeditado, com algumas mudanças, em 1988. Se considerarmos essas obras, perceberemos a dispersão de temas, abordagens e objetos de estudo, o que seria um manifesto, segundo Le Goff, da liberdade do historiador em produzir obras para homens livres. Em seu estudo sobre a usura e o usurário, Le Goff declarou sua preocupação em apresentar algo diferente da abordagem econômica tradicional e anacrônica. Em outras palavras, uma “nova abordagem”. A imposição de uma racionalidade econômica moderna à Idade Média, desconsiderando os aspectos inerentes a sua mentalidade, constituiriam o grande pecado daquela abordagem econômica tradicional.

No mesmo sentido, é possível perceber o afastamento de Le Goff de um enfoque marxista de transição do feudalismo ao capitalismo. A obra organizada em 1976 por Rodney Hilton, Maurice Dobb, Paul Sweezy, dentre outros, sobre a transição do feudalismo ao capitalismo – publicada em português em 1977 – trouxe a ênfase nos aspectos estruturais e materiais da sociedade medieval, no

modo de produção, e como uma estrutura econômica deu lugar a outra estrutura econômica. Contudo, a questão, para o autor francês, não seria somente a passagem de um modo de produção a outro, mas uma lenta mutação, situada na longa duração, de uma mentalidade hostil à usura a outra mais favorável. As perspectivas eclesiais quanto ao usurário e sua salvação, situadas no tempo longo, evidenciariam isso. A explicação de uma mudança estrutural no modo de produção feudal culminando no modo de produção capitalista daria lugar a uma análise da mudança estrutural na mentalidade dita medieval e, concomitantemente, à longa e morosa mudança de perspectiva quanto à usura.

Intelectuais como Paul Veyne e Michel Foucault realizaram críticas às propostas da terceira geração dos *Annales*, tal como apresentado por Reis (2004). Contudo, tomaremos como coordenada, a partir daqui, as reflexões de Bernard Lepetit. Este historiador francês, em uma obra editada inicialmente em 1995 e intitulada *Les formes del'expérience: une autre histoire social*, dividiu, a grosso modo, a historiografia francesa em dois momentos após a Segunda Guerra (LEPETIT, 2013, p.16). Inicialmente, o primeiro momento, característico dos anos cinquenta e sessenta, seria aquele de uma abordagem macroeconômica, do estudo estrutural das sociedades. Fernand Braudel seria um dos expoentes deste momento. Já o segundo momento, característico do final dos anos 1970, seria aquele da “nouvelle histoire” de Jacques Le Goff. Lepetit e Reis observaram, tal como apontamos anteriormente, como a pluralidade de objetos, questões e métodos de pesquisa caracterizaram este momento. Contudo, Lepetit (2013, p. 17-18) observou como a ausência de uma reflexão conjunta em proveito de um “tudo é bom”, prejudicou a eficácia da proposta plural para as abordagens, os problemas e os objetos da História. Em outras palavras, segundo Lepetit, a proposta plural expressa na divisa “Novos Objetos, Novas Abordagens e Novos Problemas” careceria de uma crítica mais profunda quanto aos fundamentos e validades de algumas dessas “expressões de novidades”. Evidentemente, essa crítica a uma ausência de reflexão conjunta sobre a pluralidade em História não reduz ou pretende reduzir a contribuição da obra sobre a usura, mas, em conjunto com a crítica à História Econômica tradicional apregoada pelo próprio Le Goff, considerar a abordagem deste historiador segundo sua vontade explícita de renovação historiográfica.

Tal inovação, tomando “A Bolsa e a Vida” na esteira das propostas dos anos 1970 e sob o ponto de vista da crítica de Lepetit (2013, p. 19-20), pode evocar dois pontos fundamentais. Primeiramente, a crítica ao estruturalismo vinculada na década de 1990, cuja obra de Lepetit é um dos expoentes. Considerar a mudança estrutural das mentalidades e, no mesmo sentido, as

perspectivas quanto à usura, seria redutor da experiência humana. Em outras palavras, o determinismo de classe ou da mentalidade traria uma impressão equivocada da relação entre os sujeitos e do contexto que lhes é dado. Mesmo que Le Goff discuta os exempla, os caracterize separadamente, eles não são considerados por si, mas como o expoente de uma estrutura mental que podemos qualificar redundantemente, mas necessariamente, de ampla. O estilo literário e a retórica dos exempla são apenas superficialmente abordados, tendo em vista, talvez, a necessidade de comprovar a mentalidade cristã diante das práticas do usurário. Em segundo lugar, intimamente relacionada à questão do estruturalismo mental, estaria o problema de considerar os “homens vivendo em um universo de representações indiferentes às situações nas quais eles se encontram ativos” (LEPETIT, 2013, p. 20). De fato, mesmo que a tensão entre os clérigos e os usurários seja apresentada, os conflitos são dissolvidos na estrutura mental e a experiência dos sujeitos reduzida a previsibilidade da estrutura. Logo, só existiriam mudanças e nuances a longo prazo, na longa duração. No interior da estrutura, a experiência humana estaria diluída e bem determinada.

A proposta de Lepetit seria baseada, seguindo a sua crítica ao estruturalismo, na valorização da experiência do acordo, dos valores, das convenções, “entendidas como representações coletivas, que tomam corpo nas organizações, instituições e regra de direito”. Basicamente, o autor proporia a validade de questões em torno da norma e do laço social (LEPETIT, 2013, p. 24). Os problemas que se tornariam eixos orientadores de “outra história social”, diferente daquela de Le Goff, seriam múltiplos: “suas declinações são numerosas, pois se trata de saber como se constrói o acordo entre os sujeitos, sobre os sujeitos e sobre as coisas; de saber como o acordo social se faz, fracassa ao se fazer ou se desfaz” (LEPETIT, 2013, p. 22). Apresentamos brevemente apenas as propostas de Lepetit, uma vez que elas se tornam secundária diante da reflexão sobre a obra “A Bolsa e a Vida”. Contudo, as suas proposições sobre o fenômeno do acordo, se pensarmos nas posturas diante da usura, são relevantes na medida em que evidenciam ou poderiam evidenciar os limites das propostas e das críticas de Le Goff em sua obra de 1986.

Mesmo que a evidencia dos problemas seja plausível e necessária, é inegável a contribuição da obra de Le Goff para o conhecimento histórico. Tal contribuição se revela não apenas pela problematização que o autor propõe, mas também pelo material de ensino rico e profícuo. A forma como o autor apresenta e discute os exempla é bem atrativo aos alunos da graduação e a escrita do livro apresenta um estilo agradável que cativa o leitor. Apresentar o problema da usura aos acadêmicos da graduação e discutir respeitosamente as características historiográficas da obra – suas propostas, inovações e, claro, limitações – se torna um exercício

intelectual frutuoso e muito agradável. Os méritos intelectuais de Le Goff são inegáveis e o conhecimento de sua perspectiva quanto a usura e os usuários é imprescindível ao medievalista que se debruça sobre o tema e indispensável ao teórico da história que objetiva entender parte da produção historiográfica francesa dos anos 1980. As próprias críticas feitas à obra de Le Goff apontam a ressonância, o peso e a relevância indiscutível de suas perspectivas historiográficas. Nesse sentido, o reconhecimento da importância historiográfica de “A Bolsa e a Vida”, assim como dos outros trabalhos de Le Goff, deve trazer consigo uma reflexão crítica e fundamentada, índice do diálogo e da inquietação provocados por uma leitura instigante e provocadora.

## Referências

- HILTON, Rodney (et al.). *A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- LE GOFF, Jacques (dir.). *La Nouvelle Histoire*. Paris : Retz, 1978.
- LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre. *Faire de l’Histoire*. 3 vols. Paris : Fallimard, 1974.
- LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida: a usura na Idade Média*. 2ª. Edição / 3ª. Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LEPETIT, Bernard (dir.). *Les Formes de L’Expérience: une autre histoire sociale*. 2<sup>ème</sup> éd. Paris : Albin Michel, 2013.
- REIS, José Carlos. A terceira fase: 1968/1988, A Nouvelle Nouvelle Histoire. In: *Escola dos Annales: a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000: 112-146.
- ROSENWEIN, Barbara H. *To Be the Neighbor of Saint Peter: The social Meaning of Cluny’s Property (909-1049)*. London: Cornell University Press, 1989.